

INTRODUÇÃO.....	29
-----------------	----

Capítulo 1

OS SISTEMAS PROCESSUAIS PENAIS.....	39
1.1 Considerações sobre a formulação dos sistemas processuais.....	39
1.2 O sistema acusatório.....	41
1.2.1 Histórico do sistema acusatório universal: do modelo clássico ao contemporâneo.....	41
1.2.2 O sistema processual nacional à luz da Constituição da República de 1988.....	46
1.3 O sistema inquisitório.....	52
1.3.1 As raízes históricas e a consolidação do sistema inquisitório.....	53
1.3.2 As características do sistema inquisitório.....	60
1.3.3 A identificação do núcleo fundante do sistema inquisitório.....	63
1.4 A relevância contemporânea da distinção entre os sistemas acusatório e inquisitório.....	70
1.5 O sistema misto.....	73

Capítulo 2

A IMPARCIALIDADE JUDICIAL NO PROCESSO PENAL.....	77
2.1 A imparcialidade do juiz penal no modelo acusatório.....	77
2.1.1 As dimensões do princípio da imparcialidade.....	80
2.1.2 A neutralidade <i>versus</i> a imparcialidade.....	87
2.2 As contribuições da teoria da dissonância cognitiva para o processo penal: uma crítica ao empecilho da imparcialidade.....	89
2.2.1 A teoria da dissonância cognitiva para a análise crítica do processo penal brasileiro.....	90
2.2.2 A regra de prevenção do Código de Processo Penal e o comprometimento da imparcialidade.....	100

Capítulo 3

A FIGURA DO JUIZ DAS GARANTIAS EM SINTONIA COM O GARANTISMO PENAL: ESTUDO A PARTIR DE MODELOS DE ESTADOS EUROPEUS E LATINO-AMERICANOS	107
3.1 O Juiz das Garantias: linhas iniciais	107
3.2 O garantismo e o Juiz das Garantias.....	115
3.3 O Juiz das Garantias e os institutos correlatos presentes em Estados europeus e latino-americanos	130
3.3.1 Institutos correlatos: Itália, França e Portugal	132
3.3.2 O Juiz das Garantias na América Latina.....	137

Capítulo 4

O MODELO BRASILEIRO DO JUIZ DAS GARANTIAS: UMA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL SOB A ÓPTICA DO GARANTISMO – A TEORIA DE FUNDO	143
4.1 A atividade judicante no processo penal democrático e o Juiz das Garantias.....	144
4.2 A repercussão da inserção do Juiz das Garantias no Ordenamento Jurídico brasileiro e os empecilhos à sua aplicação criados pelo Supremo Tribunal Federal.....	151
4.3 O Juiz das Garantias: a aplicação ampla da imparcialidade nos planos horizontal e vertical em compasso com o modelo acusatório.....	159
4.3.1 O Juiz das Garantias no primeiro grau: a aplicação ampla da imparcialidade no plano horizontal.....	162
4.3.2 O Juiz das Garantias nos tribunais: a aplicação ampla da imparcialidade no plano vertical em compasso com o modelo acusatório.....	167
4.3.3 O limite de atuação do Juiz das Garantias.....	171
4.4 A estrutura jurisdicional brasileira e a viabilidade da implantação do Juiz das Garantias.....	174
4.4.1 A reorganização da administração judiciária	176
4.4.2 Os aspectos práticos e procedimentais para a implementação do Juiz das Garantias no Poder Judiciário brasileiro.....	180
4.5 Juiz das Garantias: modelo viável para o Ordenamento Jurídico brasileiro	183
4.6 Projeto de Lei	187
4.7 Projeto de Lei – Justificação	188

Capítulo 5

COMENTÁRIOS AOS DISPOSITIVOS QUE INSTITUÍRAM O JUIZ DAS GARANTIAS: ARTIGOS 3º-A A 3º-F DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL BRASILEIRO.....	191
CONCLUSÃO.....	203
REFERÊNCIAS	215